



Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade

Revista Latinoamericana de Ambiente Construido y Sostenibilidad

ISSN 2675-7524 Suporte Online / Online Support

Edição em Português e Espanhol / Edición en Portugués y Español - v. 6, n. 24, 2025

Entre projetos e rios: uma análise dos Parques Ambientais ribeirinhos de Teresina-PI

Francisco Kaio Pinto da Silva

Graduando, UFPI, Brasil

kaiofrancisco@ufpi.edu.br

ORCID iD 0009-0000-7473-4689

Karenina Cardoso Matos

Professora Doutora, UFPI, Brasil

karenina@ufpi.edu.br

ORCID iD 0000-0002-3719-6217

Wilza Gomes Reis Lopes

Professora Doutora, UFPI, Brasil

wilza@ufpi.edu.br

ORCID iD 0000-0002-3567-6831



Entre projetos de Rios: uma análise dos Parques Ambientais ribeirinhos de Teresina-PI

RESUMO

Objetivo - Analisar os parques ambientais das Zonas Norte, Centro e Sul de Teresina-PI e sua relação com a paisagem ribeirinha do rio Poti, considerando o papel que desempenham na integração entre cidade, natureza e sociedade.

Metodologia - A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico e documental, associado à análise de mapas, registros fotográficos e observações *in loco*. A abordagem qualitativa e descritiva permitiu identificar potencialidades e fragilidades dos parques em relação ao uso social e à integração com o rio.

Originalidade/relevância - O estudo evidencia fragilidades de planejamento, gestão e infraestrutura desses equipamentos, discutindo como podem atuar como instrumentos de reconexão entre população e ambiente natural. A pesquisa amplia o debate sobre planejamento urbano sustentável, direito à cidade e valorização das paisagens hídricas em contextos urbanos.

Resultados - Apesar da criação e expansão de parques ambientais em Teresina, a relação com o rio Poti permanece frágil, marcada por desigualdades socioespaciais, carência de infraestrutura e limitada apropriação social.

Contribuições teóricas/metodológicas - Teoricamente, reforça a relevância dos parques ambientais como instrumentos de integração entre cidade e paisagem ribeirinha. Metodologicamente, demonstra a utilidade da análise combinada de documentos oficiais e observações *in loco*.

Contribuições sociais e ambientais - Aponta-se a necessidade de fortalecer esses espaços como áreas de lazer, convivência e preservação, ampliando o acesso da população às margens do rio Poti e contribuindo para sua proteção.

PALAVRAS-CHAVE: Parque Ambientais. Paisagem Ribeirinha. Planejamento Urbano.

Between River Projects: An Analysis of the Riverside Environmental Parks of Teresina-PI

ABSTRACT

Objective – Analyze the environmental parks in the North, Central and South Zones of Teresina-PI and their relationship with the riverside landscape of the Poti River, considering the role they play in the integration between city, nature and society.

Methodology – The research was based on a bibliographic and documentary survey, combined with map analysis, photographic records, and on-site observations. The qualitative and descriptive approach allowed us to identify the parks' strengths and weaknesses in relation to social use and integration with the river.

Originality/Relevance – The study highlights weaknesses in the planning, management, and infrastructure of these facilities, discussing how they can act as instruments for reconnecting the population with the natural environment. The research broadens the debate on sustainable urban planning, the right to the city, and the appreciation of waterscapes in urban contexts.

Results – Despite the creation and expansion of environmental parks in Teresina, the relationship with the Poti River remains fragile, marked by socio-spatial inequalities, lack of infrastructure, and limited social appropriation.

Theoretical/Methodological Contributions – Theoretically, it reinforces the importance of environmental parks as instruments for integrating the city and riverside landscape. Methodologically, it demonstrates the usefulness of a combined analysis of official documents and on-site observations.

Social and Environmental Contributions – The need to strengthen these spaces as areas for leisure, coexistence and preservation is highlighted, expanding the population's access to the banks of the Poti River and contributing to its protection.

KEYWORDS: Environmental Parks. Riverside Landscape. Urban Planning.



Proyectos Entre Ríos: Un Análisis de los Parques Ambientales Ribereños de Teresina-PI

RESUMEN

Objetivo – Analizar los parques ambientales de las Zonas Norte, Centro y Sur de Teresina-PI y su relación con el paisaje ribereño del río Poti, considerando el papel que desempeñan en la integración entre ciudad, naturaleza y sociedad.

Metodología – La investigación se basó en un estudio bibliográfico y documental, combinado con análisis cartográfico, registros fotográficos y observaciones in situ. El enfoque cualitativo y descriptivo permitió identificar las fortalezas y debilidades de los parques en relación con el uso social y la integración con el río.

Originalidad/Relevancia – El estudio destaca las deficiencias en la planificación, la gestión y la infraestructura de estas instalaciones, y analiza cómo pueden servir como instrumentos para reconectar a la población con el entorno natural. La investigación amplía el debate sobre la planificación urbana sostenible, el derecho a la ciudad y la valoración de los paisajes acuáticos en contextos urbanos.

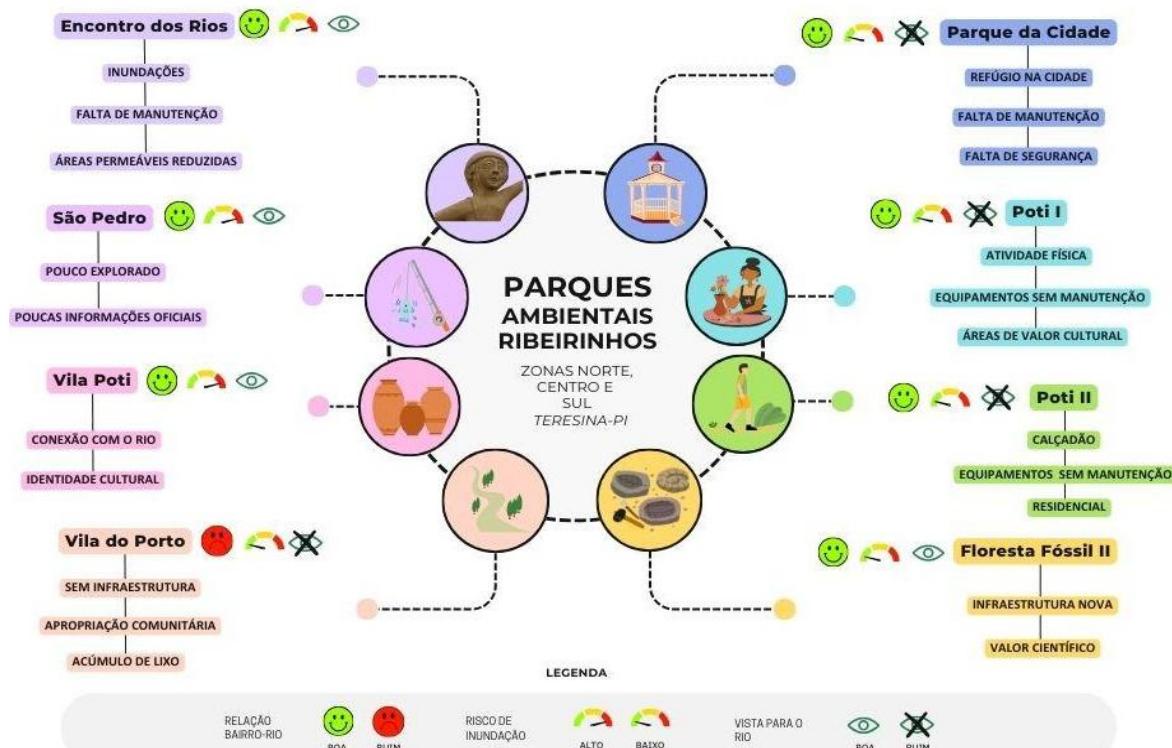
Resultados – A pesar de la creación y expansión de parques ambientales en Teresina, la relación con el río Poti sigue siendo frágil, marcada por desigualdades socioespaciales, falta de infraestructura y limitada apropiación social.

Contribuciones Teóricas/Metodológicas – En teoría, refuerza la importancia de los parques ambientales como instrumentos para la integración de la ciudad y el paisaje ribereño. Metodológicamente, demuestra la utilidad de un análisis combinado de documentos oficiales y observaciones in situ.

Contribuciones Sociales y Ambientales – Se destaca la necesidad de fortalecer estos espacios como áreas de esparcimiento, convivencia y preservación, ampliando el acceso de la población a las riberas del río Poti y contribuyendo a su protección.

PALABRAS CLAVE: Parques ambientales. Paisaje ribereño. Planificación urbana.

RESUMO GRÁFICO





1 INTRODUÇÃO

O crescimento urbano acelerado tem provocado transformações profundas na relação entre cidade e natureza, tornando urgente a criação de estratégias que integrem o ambiente construído às paisagens naturais. Nesse cenário, os parques ambientais destacam-se como espaços de preservação, lazer e convivência social, além de contribuírem para a melhoria da qualidade ambiental e do bem-estar da população. Em Teresina-PI, cidade marcada pela presença dos rios Parnaíba e Poti, a implantação de parques ao longo das margens deste último evidencia tanto potencialidades quanto desafios (Matos, 2017). A análise desses espaços permite compreender como a ocupação das Zonas Norte, Centro e Sul se articula com a paisagem ribeirinha, revelando avanços, fragilidades e desigualdades que ainda dificultam a integração plena entre o rio e a vida urbana.

2 OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo analisar os parques ambientais localizados nas Zonas Norte, Centro e Sul de Teresina-PI e sua relação com a paisagem ribeirinha do rio Poti, considerando sua importância para a integração entre cidade, natureza e sociedade. Busca-se compreender de que modo a implantação e a gestão desses espaços influenciam o uso social e ambiental das margens, identificando suas potencialidades e fragilidades, bem como discutir as implicações urbanísticas e socioambientais decorrentes de sua configuração no contexto da capital piauiense.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, voltada à compreensão das relações entre os parques ambientais ribeirinhos de Teresina-PI e o rio Poti. O estudo foi desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico e documental sobre planejamento urbano, paisagem ribeirinha e infraestrutura verde, associado à análise de mapas, registros fotográficos e observações *in loco*. Essa combinação de métodos permitiu identificar as potencialidades e fragilidades dos parques em relação à integração entre cidade, natureza e sociedade.

A fundamentação teórica apoia-se em autores que discutem a relevância dos rios e das áreas verdes na estrutura urbana e na construção do direito à cidade. Costa (2006), Beatley (2011) e Everard & Moggridge (2012) ressaltam o valor ecológico e simbólico dos rios para a vida urbana; Francis (2012) e Sabokro et al. (2023) abordam sua função social e ecológica; enquanto Matos (2017) e Matos et al. (2023) tratam especificamente do contexto ribeirinho de Teresina. Além disso, Lefebvre (2011) contribui com a reflexão sobre o direito ao espaço urbano como dimensão essencial da justiça socioambiental. Esse conjunto teórico sustenta a análise dos parques estudados, compreendidos como parte de uma rede de infraestrutura verde fundamental à sustentabilidade e à qualidade de vida nas cidades.



3.1 Fundamentação teórica: parques e rios urbanos

O contexto urbano contemporâneo exige uma integração entre o ambiente construído e o natural, não apenas por questões de conforto térmico e equilíbrio ambiental, mas também pelo bem-estar da população. O crescimento urbano, muitas vezes desordenado, gera cidades ruidosas, inseguras e impermeáveis, tornando essencial a presença de parques ambientais e ribeirinhos. Esses espaços, enquanto componentes da infraestrutura verde, oferecem lazer, convivência social e serviços ecossistêmicos fundamentais, promovendo cidades mais equilibradas, saudáveis e resilientes. O urbanismo biofílico, por exemplo, ao integrar grandes blocos de áreas verdes, redes de trilhas e parques próximos aos bairros urbanos, amplia as possibilidades de estilos de vida mais saudáveis e ativos, além de reforçar a conexão entre população e natureza (Beatley, 2011, p. 3337).

Nesse sentido, os rios urbanos estão intrinsecamente ligados à identidade das cidades, criando espaços que reforçam o senso de pertencimento, história e identificação dos cidadãos. Para Francis (2012, p. 286), esses cursos d'água desempenham papéis ecológicos e sociais fundamentais dentro dos sistemas urbanos. Historicamente, o processo de urbanização se iniciou em locais estratégicos, próximos a recursos vitais como água potável, transporte e defesa, papéis naturalmente desempenhados pelos rios. Isto é, mesmo após o desenvolvimento de redes de transporte extensas, esses rios continuam a fazer parte da identidade cultural e espacial das cidades. No entanto, intervenções unidimensionais transformaram muitos deles em canais isolados da malha urbana, degradando sua função ecológica e simbólica (Sabokro et al., 2023, p. 58).

Com o rápido crescimento urbano, a impermeabilização dos solos, a difusão do automóvel e a canalização de esgotos alteraram drasticamente essa paisagem. Os rios passaram de protagonistas a elementos secundários, muitas vezes ocultos, canalizados e drenados, funcionando principalmente como sistemas de escoamento para evitar enchentes e permitir a ocupação de áreas baixas (Costa, 2006).

A infraestrutura verde, composta por parques, praças, corredores ecológicos e jardins, estrutura o ambiente urbano e melhora aspectos sociais, econômicos e ambientais, atendendo às demandas ecológicas, hídricas, recreativas e de circulação. Além disso, a preservação das margens de rios regula o ciclo hidrológico, controla cheias e equilibra ecossistemas. Experiências recentes de recuperação de rios urbanos mostram que integrar rios a áreas verdes restabelece funções ecológicas, sociais e culturais, promovendo sustentabilidade e qualidade de vida (Moghaddas Niaki & Haeri, 2024, p. 270-271).

No contexto contemporâneo, as discussões sobre meio ambiente, mudanças climáticas, catástrofes naturais e qualidade de vida têm levado as sociedades a refletir sobre o equilíbrio entre os ambientes natural e construído. Everard e Moggridge (2012, p. 18) destacam que os rios urbanos, historicamente decisivos para as cidades, sofreram degradação e perderam muitos de seus serviços ecossistêmicos, o que torna urgente integrar abordagens ecossistêmicas ao planejamento urbano. A recuperação desses serviços é, portanto, uma questão central para a justiça ambiental nas cidades.

Embora os projetos de revitalização não consigam reproduzir totalmente os benefícios de um rio em seu estado original, eles permitem que a população tenha contato com paisagens



aquáticas limpas e margens vegetadas, promovendo bem-estar e qualidade de vida. Nessas intervenções urbanísticas, o ambiente natural muitas vezes é recriado de forma simbólica, transformando recursos antes abundantes em bens escassos e valorizados, o que reforça a necessidade de planejar cuidadosamente a integração da natureza nos espaços urbanos (Costa, 2006). Essas práticas de integração entre parques e rios contribuem para cidades mais resilientes, sustentáveis e saudáveis, onde o espaço urbano deixa de ser apenas território impermeável e fragmentado, passando a incorporar o verde e a água como parte essencial da vida cotidiana.

4 RESULTADOS

4.1 Relação do rio Poti com os bairros ribeirinhos

A presença de um rio no cenário urbano expressa o desenvolvimento da cidade e influencia diretamente a vida nos bairros, oferecendo lazer, esportes, contato com a natureza, ar puro e espaços de convivência intergeracional. No entanto, as análises indicam a falta de infraestrutura adequada para proteger o rio Poti. Embora a criação de parques ambientais contribua para sua preservação, esses projetos ainda não garantem uma verdadeira integração do rio à cidade, já que até mesmo a ausência de visibilidade do curso d'água compromete seu reconhecimento no espaço urbano (Matos et al., 2023).

O quadro 1 apresenta indicadores que ajudam a compreender essa relação entre o rio Poti e os bairros ribeirinhos das Zonas Norte, Centro e Sul de Teresina. Um dos critérios observados foi a presença de parques ambientais nas margens, o que indica algum nível de proteção ou, ao menos, o reconhecimento do valor ambiental da área. Também foi analisado o uso da frente ribeirinha, considerando que o tipo de uso pode influenciar positivamente ou negativamente a qualidade da margem. A infraestrutura foi classificada em *não possui, ruim* ou *boa*, com ressalvas de que, mesmo quando considerada boa, podem existir deficiências identificáveis em estudos mais aprofundados. Quanto à vista para o rio, observou-se que, mesmo nos bairros com resposta positiva, essa visibilidade não se estende necessariamente por toda a margem, restringindo-se a pequenos trechos. Já o risco de inundação foi classificado em *baixo, moderado* e *alto*. Por fim, a relação entre o bairro e o rio foi avaliada como *ruim, boa* ou *ótima*, levando em conta critérios como acessos, preservação e uso para lazer.



Quadro 1 - Relação Bairro-Rio referente aos bairros ribeirinhos da Zona Norte, Centro e Sul em Teresina-PI, 2025

Bairro	Criação	Zona	Presença de Parque Ambiental ribeirinho	Uso da frente ribeirinha	Infraestrutura da margem	Vista para o Rio Poti	Risco de Inundação	Relação Bairro-Rio
Olarias	–	Norte	Sim	Turístico	Ruim	Sim	Alto	Boa
Poti Velho	1851	Norte	Sim	Residencial; Turístico; Comercial	Ruim	Sim	Alto	Boa
Alto Alegre	–	Norte	Não	Residencial	Ruim	Sim	Moderado	Ruim
Vila São Francisco	–	Norte	Não	Residencial	Ruim	Sim	Moderado	Ruim
Mocambinho	–	Norte	Não	Residencial	Ruim	Não	Moderado	Ruim
Embrapa	1974	Norte	Não	Administrativo	Não possui	Não	Moderado	Ruim
Água Mineral	–	Norte	Sim	Residencial	Ruim	Não	Baixo	Ruim
Primavera	1966	Norte	Sim	Residencial; Comercial	Boa	Não	Baixo	Boa
Morro da Esperança	–	Centro	Sim	Residencial; Comercial	Boa	Não	Baixo	Boa
Porenquanto	–	Centro	Sim	Residencial; Comercial; Esportivo	Boa	Não	Baixo	Boa
Cabral	–	Centro	Sim	Residencial; Esportivo; Administrativo	Boa	Não	Baixo	Boa
Frei Serafim	1988	Centro	Sim	Residencial; Comercial; Esportivo	Boa	Não	Baixo	Boa
Ilhotas	–	Centro	Sim	Residencial	Boa	Sim	Baixo	Boa
Cristo Rei	–	Sul	Não	Residencial	Não Possui	Não	Baixo	Ruim
Três Andares	–	Sul	Não	Residencial	Não possui	Não	Baixo	Ruim
Catarina	–	Sul	Não	Residencial	Não possui	Sim	Baixo	Ruim
Bela Vista	1976	Sul	Não	Residencial	Não possui	Sim	Baixo	Ruim
São Lourenço	–	Sul	Não	Residencial	Não possui	Sim	Baixo	Ruim

Fonte: Semplan (2011); PMT (2018); PMT (2025), modificado pelo autor.

A partir dos dados do quadro 1, observa-se que as margens estudadas apresentam predominantemente uso residencial. Em bairros da zona Norte, o rio possui um valor simbólico expressivo: atividades de subsistência, como pesca e cultivo de hortas, ainda estão presentes, além de manifestações do imaginário popular relacionadas às águas. Nessa paisagem, predomina uma população de baixa renda, o que evidencia áreas mais esquecidas e degradadas.



Nas áreas centrais, há melhor infraestrutura e usos mistos: residenciais, comerciais e institucionais, mas a relação simbólica com o rio é quase inexistente, ao contrário das regiões periféricas, onde o vínculo cultural é forte, embora faltem equipamentos e manutenção. Já nos bairros ao sul, grande parte dos parques ambientais carece de infraestrutura, apesar de se localizar em uma região de crescimento urbano recente.

Mesmo nos bairros que contam com estruturas públicas, observa-se carência de conforto e qualidade. A visibilidade do rio é limitada, pois boa parte das margens permanece oculta por edificações ou vegetação densa. Já o risco de inundação é mais elevado na zona Norte, por ser área baixa e de confluência dos rios; no Centro e no Sul, as inundações ocorrem apenas em pontos específicos, geralmente classificados como de baixo risco. Além disso, embora os bairros centrais apresentem melhor infraestrutura nas margens, nem sempre há contato direto com o rio. Nenhum dos bairros analisados foi classificado como “ótimo”, pois o Poti ainda não é plenamente reconhecido como elemento central da paisagem urbana, mesmo diante dos poucos mecanismos de preservação existentes.

4.2 Parques ambientais analisados

A capital teresinense, segundo dados da Prefeitura Municipal (2015), contabilizava 22 parques ambientais distribuídos nas Zonas Norte, Centro e Sul da cidade. Entretanto, apenas uma pequena parte deles é efetivamente utilizada pela população, sobretudo devido à falta de infraestrutura adequada. Posteriormente, foram criados novos parques, como o Parque da Cidadania (2016), o Parque Ambiental Matias Augusto de Oliveira Matos (2019) e o Parque Vila Poti (2024).

É importante destacar que, devido à falta de atualizações da Prefeitura, o arquivo com as informações dos parques apresenta algumas inconsistências e dados insuficientes. Além disso, somente uma parte deles está disposta nas margens do rio Poti, como mostrado no quadro 2.



Quadro 2 - Parques Ambientais nas Zonas Norte, Centro e Sul de Teresina-PI em 2025

Zona Norte			
Parque Ambiental	Bairro	Área	Margem Rio Poti
Parque Ambiental dos Cocais	Santa Maria	2 Ha	Não
Parque Ambiental Encontro dos Rios	Olarias	3 Ha	Sim
Parque Ambiental São Pedro	Poti Velho	0,5 Ha	Sim
Parque Vila Poti	Poti Velho	—	Sim
Parque Ambiental Matias Augusto de Oliveira Matos	Mocambinho	4,9 Ha	Não
Parque Ambiental de Teresina	Buenos Aires	36 Ha	Não
Parque Vila do Porto	Água Mineral	3 Ha	Sim
Parque Nova Brasília	Nova Brasília	20 Ha	Não
Parque da Cidade	Primavera	17 Ha	Sim
Parque Ambiental Lagoas do Norte	Matadouro	25 Ha	Não
Parque Ambiental Acarape	Acarajé/Pirajá/Matinha ¹	5 Ha	Não
Zona Centro			
Parque Ambiental Poti I	Primavera ² /Morro da Esperança/Porenquanto/Cabral	8 Ha	Sim
Parque Ambiental da Cidadania	Cabral	8,5 Ha	Não
Parque Ambiental Poti II	Frei Serafim/Ilhotas	5 Ha	Sim
Parque Ambiental Floresta Fóssil II	Ilhotas	8 Ha	Sim
Zona Sul			
Parque Ambiental da Prainha	São Pedro	12 Ha	Não
Parque Ambiental da Macaúba	Macaúba	5 Ha	Não
Parque São João	São João	—	Não
Parque Ambiental Haroldo Vaz	Santo Antônio	0,5 Ha	Não
Parque Ambiental Boa Vista	Santo Antônio	3 Ha	Não
Parque Ambiental do Porto Alegre I	Brasilar/Espanada	4 Ha	Não
Parque Ambiental do Loteamento do Porto Alegre I	Espanada	0,6 Ha	Não
Parque Ambiental Sete Estrelas	Angelim	0,6 Ha	Não
Parque Ambiental do Angelim	Angelim	—	Não
Parque Ambiental Santa Clara	Brasilar	0,9 Ha	Não

Fonte: PMT (2013,2015), Bueno et al. (2021), PMT (2025), modificado pelo autor.

O quadro 2, que sintetiza a distribuição dos parques ambientais nas Zonas Norte, Centro e Sul de Teresina, é possível compreender de forma panorâmica a localização e a relação desses equipamentos urbanos com o rio Poti. Essa visão geral permite identificar quais parques se situam em áreas ribeirinhas e quais se encontram mais afastados, evidenciando diferenças quanto ao potencial de integração entre cidade e natureza. Dessa forma, serão analisados esses parques de forma individual, destacando usos e condições de infraestrutura, a fim de aprofundar a compreensão de suas contribuições e limitações no contexto urbano teresinense.

4.2.1 Parque Encontro dos Rios

Localizado na Zona Norte do município de Teresina, capital do Piauí, no bairro Olarias, o Parque Ambiental Encontro dos Rios é um símbolo turístico municipal, marcado pelo encontro das águas dos dois rios que abrangem a cidade, Poti e Parnaíba (Figura 1). Assim, atualmente, o Parque é caracterizado como parte da Zona Especial de Uso Sustentável, segundo a Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), (TERESINA, 2013).

¹ Bairro da Zona Centro² Bairro da Zona Norte

**Figura 1 - Vista aérea do Parque Ambiental Encontro dos Rios**

Fonte: Google Earth (2025), modificado pelo autor.

O Parque Ambiental Encontro dos Rios, criado por lei municipal em 1993 e inaugurado em 1996, surgiu como resposta à expansão urbana às margens dos rios Poti e Parnaíba. É uma área de grande relevância histórica para Teresina, combinando valores culturais, ambientais e turísticos. No parque, destaca-se a escultura “Crispim e as Sete Marias Virgens”, que remete à lenda do Cabeça de Cuia.

Com área de 3 hectares, o espaço oferece mirante, restaurante flutuante, quiosques de alimentação e artesanato, playgrounds, deck de contemplação e pavilhão central, que funciona como sede administrativa e espaço cultural. Reformas em 2018 trouxeram melhorias na iluminação, mas também reduziram áreas permeáveis e alteraram o paisagismo, além de não resolverem problemas de drenagem, que causam inundações e erosão. Parte da infraestrutura encontra-se degradada, como brinquedos, jardins e o Museu dos Rios (Figura 2).

Figura 2- Imagens do Parque Encontro dos Rios

Fonte: Luanna Moura (2025).

O parque enfrenta limitações de acessibilidade e mobilidade, carece de ciclovias e espaços de convivência, e está inserido em um entorno marcado por ocupações irregulares e comércio de baixa renda, com transporte público restrito. Sua vegetação contribui para o conforto térmico e acústico, mas sofre com erosão e falta de manejo adequado. Apesar do



potencial ambiental, cultural e turístico, o descuido com a manutenção e a ausência de educação ambiental dificultam um uso pleno do espaço.

O Parque Ambiental Encontro dos Rios passou por diversas reformas ao longo de sua história, sem melhorias significativas. Destaca-se a modernização em 2007, e o projeto de requalificação em 2016, financiado pelo Banco Mundial. Esse projeto previa ampliação do espaço, quadras de esporte, quiosques, banheiros, substituição do piso, iluminação e acessibilidade, integrando o Parque ao Polo Cerâmico. Apesar das promessas, a segunda etapa do Programa Lagoas do Norte, incluindo a requalificação do Parque, não foi iniciada. Além disso, outras reformas em 2018, que incluíram a instalação de pisos intertravados, novos quiosques e a retirada do Museu dos Rios, não solucionaram problemas estruturais, como enchentes recorrentes e a redução de áreas permeáveis. Em 2023, foi anunciado um novo projeto de revitalização, prevendo reparos no pavilhão, banheiros e playground, sem prazo definido. Entretanto, a ausência de manejo adequado da vegetação e conservação do mobiliário compromete a permanência dos usuários. Desse modo, o parque segue perdendo sua função de integração social, cultural e ambiental.

4.2.2 Parque São Pedro

Segundo a Prefeitura Municipal de Teresina (2013), o Parque São Pedro fica localizado próximo à ponte Mariano Castelo Branco no Bairro Poti Velho (Figura 3). Sua inauguração aconteceu no dia 29 de junho de 2000. O parque conta com cerca de 0,5 hectares e possui um oratório com a imagem de São Pedro, padroeiro da comunidade dos pescadores.

Figura 3- Vista Aérea Parque Ambiental São Pedro



Fonte: Google Earth (2024), modificado pelo autor.

Devido à falta de informações, a Prefeitura não possui um banco de dados atualizado e não fornece a demarcação precisa do Parque, utilizando apenas a Ponte Mariano Castelo Branco como principal ponto de referência. Observa-se, ainda, o abandono do espaço e a subutilização de seu potencial, apesar da vista privilegiada do rio e da ponte. A margem em si não é utilizada, apresentando solo bastante compactado; nas áreas onde ainda há vegetação, identificam-se pequenas hortas comunitárias (Figura 4).



Figura 4 - Imagens de Trechos do Parque São Pedro



Fonte: Autor (2025).

O espaço chegou a transmitir a impressão de depósito de lixo, embora sinais recentes de limpeza tenham sido notados. Ainda assim, trata-se de uma área com grande qualidade paisagística, marcada por uma vista ampla e agradável, cujo valor poderia ser fortalecido com intervenções de urbanismo sensível, capazes de aproximar o rio do cotidiano dos moradores próximos e valorizar sua presença no tecido urbano.

4.2.3 Parque Vila Poti

Localizado no Bairro Poti Velho, faz parte do Polo Cerâmico Artesanal do Poti Velho, ponto turístico de Teresina (Figura 5).

Figura 5 - Vista Aérea Parque Vila Poti



Fonte: Google Earth (2024), modificado pelo autor.

Inaugurado em 2024, o Parque faz parte do Projeto de Revitalização do Polo Cerâmico pelo governo do Estado. Sua estrutura conta com quiosques, campo de futebol, quadra comunitária, praça e mirante (Figura 6).

Figura 6 - Imagens do Parque Vila Poti



Fonte: Autor (2025).

O espaço reforça o encontro da comunidade local, recebe visitantes e integra o polo cerâmico, onde é possível ter contato direto com os artesãos e suas criações. Além de atrativo turístico para Teresina, apresenta um ambiente agradável, mas que corre o risco de se degradar sem manutenção e segurança, tornando-se apenas mais uma obra pouco conhecida da cidade.

4.2.4 Parque Vila do Porto

Segundo a Prefeitura Municipal de Teresina (2013), o Parque Vila do Porto foi criado em 11 de junho de 1997. É localizado à margem esquerda do rio Poti no Bairro Água Mineral, Zona Norte da cidade de Teresina (Figura 7).

Figura 7 - Vista Aérea Parque Ambiental Vila do Porto



Fonte: Google Earth (2024), modificado pelo autor.

Durante a visita, foram identificados um campo de futebol, uma academia ao ar livre, uma quadra de esportes coberta e o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Natureza. Destaca-se também o Polo Artesanal Vila Risoleta Neves, inaugurado recentemente após longa demanda dos moradores, que pleitearam a construção do espaço para fortalecer a produção artesanal local, valorizar o saber-fazer popular e fomentar a geração de renda (Figura 8).

Figura 8 - Imagens do Parque Ambiental Vila do Porto



Fonte: Autor (2025).

A rua que margeia o parque é estreita, lembrando um prolongamento dos quintais das casas, o que favorece a apropriação comunitária, mas evidencia limitações do desenho urbano. Apesar do uso intenso pela população local, o espaço apresenta acúmulo de lixo, esgoto a céu aberto e falta de manutenção, o que agrava sua degradação. Além disso, não há condições adequadas para receber visitantes, já que a margem é estreita, as residências estão muito próximas e o acesso é difícil, em um entorno pouco convidativo para pessoas de fora.

4.2.5 Parque da Cidade

Entre 1960 e 1980, o crescimento urbano de Teresina reduziu a vegetação nativa. Em 1980, a Lei nº 1.634 destinou recursos do Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) para o Parque da Cidade, inaugurado em 1982. Em 1988, tornou-se Área de Preservação Ambiental e, em 1993, recebeu o nome oficial de Parque Prefeito João Mendes Olímpio de Melo (Figura 9).

Figura 9: Vista Aérea do Parque da Cidade



Fonte: Google Earth (2025), modificado pelo autor.

O Parque da Cidade foi projetado com a proposta de preservar a vegetação nativa e intervir minimamente no ambiente, consolidando-se como espaço de lazer e preservação



ambiental em Teresina. Localizado entre as avenidas Duque de Caxias e Roraima, possui 17 hectares, com áreas destinadas a esportes, administração, estacionamento, lazer, trilhas e preservação. Ao longo dos anos, recebeu novos equipamentos, como a Unidade Escolar Ambiental 15 de Outubro e a sede da Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (CIPAMA), mas outros, como o planetário e o pátio de aves, foram abandonados. Ademais, o parque possui três acessos e estacionamento interno, mas carece de sinalização, acessibilidade e segurança. Apesar do ponto de ônibus próximo facilitar o transporte público, a falta de ciclofaixas expõe os ciclistas a riscos. Seu entorno é residencial de classe média, com pequenos comércios, e o público é formado principalmente por moradores e estudantes da escola ambiental.

Reconhecido como Área de Preservação Permanente (APP), o seu uso mais comum é para caminhadas nas pistas pavimentadas, embora apresente alguns espaços de permanência, como bancos, arquibancadas e mesas. Um de seus equipamentos conhecido como “Cascatão”, antes utilizado como cascata para banho, hoje foi reformado e abriga eventos sociais, aulas de dança, atividades esportivas e ações comunitárias. O coreto também foi reformado, com telhado e bancos recuperados, enquanto a pista de skate permanece desativada e em condições precárias, tomada pela vegetação (Figura 10).

Figura 10 - Imagens do Parque da Cidade



Fonte: Autor (2025).

No projeto inicial do parque estava previsto um espaço para atividades astronômicas, com planetário e relógio de sol. Contudo, durante a visita não foi possível identificar tais equipamentos, sendo provável que estejam abandonados, já que há construções em desuso na área de mata. O espaço é agradável e passou por reformas que favorecem o lazer e as caminhadas, mas a falta de segurança é perceptível. No complexo existem algumas instituições, embora nem todas tenham sido identificadas.

4.2.6 Parque Poti I e Poti II



O Parque Ambiental Poti I está situado na Zona Centro de Teresina, abrangendo bairros próximos à margem esquerda do rio Poti, sendo limitado por importantes avenidas e pontes da região (Figura 11).

Figura 11 - Vista Aérea Parque Ambiental Poti I



Fonte: Google Earth (2024), modificado pelo autor.

O Parque, criado pelo decreto nº 2.642 de 24 de maio de 1994, ocupa 8 hectares. A área, antes marcada pelo desmatamento e ocupação irregular, teve seus antigos posseiros realocados para preservar as margens do rio (TERESINA, 2013). Apesar de contar com trilhas, espaços recreativos, áreas culturais e religiosas, bem como um pequeno comércio local, muitos bancos permanecem desconfortáveis e as mini praças continuam quase ocultas pela vegetação. Recentemente, foram instalados espaços para gatos abandonados e novas lixeiras em alguns trechos, mas o parque ainda enfrenta desafios quanto à manutenção e à visibilidade de seus atrativos (Figura 12).

Figura 12 - Vista Aérea Parque Ambiental Poti I



Fonte: Autor (2025).

A Avenida Marechal Castelo Branco, parte da frente ribeirinha, é amplamente utilizada para atividades esportivas, como caminhadas, corridas e ciclismo, contando com pista de cooper e ciclofaixa. O local é agradável, com sombra e espaço amplo, e situa-se próximo a edifícios institucionais de estilo brutalista e ao Shopping Rio Poty. Apesar disso, o tráfego pode ser intenso em determinados horários, afetando a experiência dos usuários.



O Parque Ambiental Poti II, localizado na margem do rio Poti, foi inaugurado em 31 de março de 2002, com base na lei de preservação ambiental nº 1.939, de 16 de agosto de 1988 (TERESINA, 1988). O parque está situado entre a ponte Juscelino Kubitschek e o Vagão, abrangendo os bairros Frei Serafim e Ilhotas (Figura 13).

Figura 13 - Vista Aérea Parque Ambiental Poti II



Fonte: Google Earth (2024), modificado pelo autor.

A frente ribeirinha apresenta uso predominantemente residencial, com grandes edifícios verticais de alto padrão, típicos de uma geração mais antiga. A continuidade do calçadão da Avenida Marechal Castelo Branco e da ciclovia torna o espaço agradável para atividades esportivas, especialmente caminhadas, principalmente pelos moradores (Figura 14).

Figura 14 - Imagens do Poti II



Fonte: Autor (2025).

É possível perceber alguns pontos com melhor visibilidade do rio em relação ao Poti I, embora a vista ainda seja limitada. Observou-se presença de esgoto, além de equipamentos desgastados e precários, e a ausência de demarcações das mini praças, indicando falta de manutenção e comprometendo a experiência do usuário.

4.2.7 Parque Ambiental Floresta Fóssil II



De acordo com a Prefeitura Municipal de Teresina (2013), no dia 31 de março de 2001 foi inaugurado o Parque Ambiental Ilhota Floresta Fóssil Sul. O Parque compreende uma área com 08 hectares, na margem do Rio Poti, e se trata de uma Área de Preservação Permanente (APP). Localiza-se no bairro Ilhotas na Avenida Marechal Castelo Branco, entre o Vagão e a Igreja São Francisco (Figura 15).

Figura 15 - Vista Aérea Parque Ambiental Floresta Fóssil II

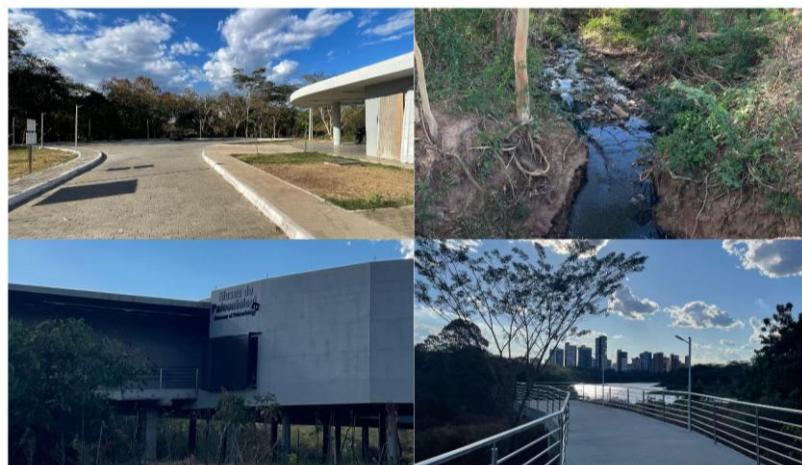


Fonte: Google Earth (2024), modificado pelo autor.

O Parque Floresta Fóssil II faz parte do Monumento Natural Floresta Fóssil, na margem esquerda do rio Poti. Destaca-se pelo valor científico, turístico e educativo, já que abriga raros troncos fósseis preservados em posição de crescimento. Além disso, é reconhecido como Patrimônio Cultural, com fósseis datados do período Permiano, o que remonta o surgimento dos primeiros répteis. Em visita recente, observou-se que o espaço destinado ao Museu Paleontológico já está construído, apresentando formas orgânicas, elevado em pilotis e com um mirante voltado para o oeste. Os acessos são feitos por caminhos em blocos intertravados; contudo, não há outros equipamentos de lazer, como playgrounds ou áreas de convivência. O museu permanece fechado, já foi alvo de vandalismo e encontra-se sem uso, uma vez que, embora edificado na gestão anterior, não chegou a ser inaugurado, e a atual administração ainda não o apresentou oficialmente. Outro ponto de destaque é a presença de um curso d'água ou esgoto a céu aberto, com odor desagradável, que deságua no rio Poti, comprometendo a experiência de visitação (Figura 16).



Figura 16 - Imagens do Parque Floresta Fóssil no Ilhotas



Fonte: Autor (2025).

Vale ressaltar que, o Parque Floresta Fóssil Leste, situado na margem leste do rio, também integra o Monumento Natural. Apesar do potencial de uma passarela para unir as duas margens e ampliar o valor científico e turístico da área, a conexão não foi implantada.

Durante a visita, não foi possível identificar de forma clara os fósseis, uma vez que eles não estão devidamente destacados ou sinalizados, o que dificulta sua percepção pelo público e reduz a efetividade do espaço como ambiente de educação patrimonial. Assim, apesar da relevância científica e cultural do Parque, o local sofre com descarte irregular de lixo, e ameaça à vegetação nativa, o que evidencia a urgência de ações de proteção e valorização.

5 CONCLUSÃO

O estudo dos parques ambientais ribeirinhos de Teresina, distribuídos nas Zonas Norte, Centro e Sul, evidencia que, embora esses espaços ofereçam benefícios ecológicos, culturais e sociais relevantes, sua plena função ainda é limitada por falhas de gestão, carência de infraestrutura e degradação das margens do rio Poti. A ausência de integração efetiva entre o rio e a cidade revela desigualdades socioespaciais persistentes, bem como fragilidades nas políticas públicas voltadas à preservação ambiental e à qualificação dos espaços livres urbanos.

Do ponto de vista teórico e metodológico, a pesquisa contribui ao reforçar a importância dos parques ambientais como instrumentos de integração entre cidade e paisagem ribeirinha, inserindo-se nas discussões contemporâneas sobre infraestrutura verde, planejamento urbano sustentável e direito à cidade. Metodologicamente, o estudo demonstra a aplicabilidade da análise combinada de documentos oficiais, registros fotográficos, mapas e observações *in loco* como estratégia eficiente para compreender a relação entre planejamento, gestão e apropriação social das áreas verdes urbanas.

Nas dimensões social e ambiental, o trabalho evidencia que a consolidação dos parques como espaços de lazer, convivência e preservação depende de ações contínuas de manejo, segurança e educação ambiental. A requalificação dessas áreas pode ampliar o acesso da população às margens do rio Poti, reduzir desigualdades territoriais e fortalecer o vínculo afetivo



e simbólico entre os cidadãos e o ambiente natural, contribuindo para uma cidade mais justa, saudável e resiliente.

Conclui-se, portanto, que a verdadeira integração entre projetos urbanos e paisagens hídricas só será alcançada quando o rio Poti for plenamente reconhecido como elemento estruturador da vida urbana de Teresina, e os parques ambientais forem incorporados às políticas públicas de forma sistêmica, participativa e sustentável.

6 REFERÊNCIAS

- BEATLEY, Timothy. **Biophilic cities and healthy societies**. *Sustainability*, v. 5, n. 8, p. 3328-3345, 2013. DOI: <https://doi.org/10.3390/su5083328>.
- BUENO, J. L. C.; COSTA, L. M. S. A. **Teresina e os Parques Públicos Urbanos: Uma Análise a partir dos Planos Urbanos**. Revista do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2021.
- CARNEIRO, Silvana Monteiro de Castro. **À Margem da Cidade: o Rio Paraíba do Sul na Paisagem Urbana de Campos dos Goytacazes/RJ**. 2015. Dissertação (Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Cândido Mendes - Campos dos Goytacazes / RJ, [S. I.], 2015. Disponível em: <<https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2016/05/silvana-monteiro-24.11.16.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- COSTA, Lúcia Maria Sá Antunes (org.). **Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras**. Viana & Mosley, 2006.
- EVERARD, Mark; MOGGRIDGE, Helen L. **Rediscovering the value of urban rivers**. *Urban Ecosystems*, v. 15, n. 2, p. 293–314, 2012. DOI: 10.1007/s11252-011-0174-7.
- FRANCIS, Robert A. **Positioning urban rivers within urban ecology**. *Urban Ecosystems*, v. 15, n. 2, p. 285-291, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11252-012-0227-6>.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011. Disponível em: <https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf>. Acesso em: 4 set. 2025.
- MOGHADDAS NIAKI, F.; HAERI, S. **Formulation of strategies for the ecological landscape restoration of the Haraz River in Amol with an ecological resilience approach**. *International Journal of Iranian Urban Design Studies*, v. 1, n. 2, p. 269–298, 2025. Disponível em: <https://iuds.shirazu.ac.ir/article_7969_6f6ed014461a3185b662ea6a0b7965b5.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.
- MATOS, Karenina Cardoso. **A cidade ribeirinha: desafios e possibilidades para o planejamento urbano-ambiental dos rios Parnaíba e Poti em Teresina-PI**. 2017. Dissertação (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185422>. Acesso em: julho. 2024.
- MATOS, Karenina Cardoso, Santiago, D. R., Lopes, W. G. R., Lima, G. da S., Gomes Filho, F. A. L., & Victor Pereira do Vale, T. (2023). **Cenários ribeirinhos em Teresina, Piauí. Paisagem E Ambiente**, 34(52). Acesso em: julho. 2024.
- SABOKRO, Delaram; SABOONCHI, Parichehr; HEMMATI, Morteza. **Application of landscape ecology to develop a conceptual model for planning urban rivers: case study Darakeh River**. *Manzar: The Scientific Journal of Landscape*, v. 15, n. 65, p. 62–71, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22034/manzar.2023.288452.2133>
- TERESINA. Lei nº 1.939, de 16 de agosto de 1988. Dispõe sobre a preservação e conservação ambiental. Teresina, 1988.



DECLARAÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Ao descrever a participação de cada autor no manuscrito, utilize os seguintes critérios:

- **Concepção e Design do Estudo:** Profa. Dra Karenina Cardoso Matos; Francisco Kaio Pinto da Silva.
- **Curadoria de Dados:** Francisco Kaio Pinto da Silva; Dra. Karenina Cardoso Matos.
- **Análise Formal:** Francisco Kaio Pinto da Silva.
- **Aquisição de Financiamento:**
- **Investigação:** Francisco Kaio Pinto da Silva; Dra. Karenina Cardoso Matos.
- **Metodologia:** Profa. Dra Karenina Cardoso Matos; Profa. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes.
- **Redação - Rascunho Inicial:** Francisco Kaio Pinto da Silva.
- **Redação - Revisão Crítica:** Profa. Dra Karenina Cardoso Matos; Francisco Kaio Pinto da Silva.
- **Revisão e Edição Final:** Dra. Karenina Cardoso Matos; Francisco Kaio Pinto da Silva.
- **Supervisão:** Profa. Dra Karenina Cardoso Matos; Profa. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Nós, **Francisco Kaio Pinto da Silva, Profa. Dra Karenina Cardoso Matos e Profa. Dra Wilza Gomes Reis Lopes**, declaramos) que o manuscrito intitulado "**Entre projetos e rios: uma análise dos Parques Ambientais ribeirinhos de Teresina-PI**":

1. **Vínculos Financeiros:** Não possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou interpretação do trabalho. Nenhuma instituição ou entidade financiadora esteve envolvida no desenvolvimento deste estudo.
2. **Relações Profissionais:** Não possui relações profissionais que possam impactar na análise, interpretação ou apresentação dos resultados. Nenhuma relação profissional relevante ao conteúdo deste manuscrito foi estabelecida.
3. **Conflitos Pessoais:** Não possui conflitos de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito. Nenhum conflito pessoal relacionado ao conteúdo foi identificado.